COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.321, DE 2003 (Apenso o PL nº 2.937, de 2004)

Permite a presidiário que se inscreva como doador vivo de órgãos, partes do corpo humano ou tecidos para fins terapêuticos, requerer redução de pena após a aprovação do procedimento cirúrgico.

Autor: Deputado VALDEMAR COSTA NETO

Relator: Deputado MÁRIO HERINGER

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em questão tem por objetivo permitir a detração da pena do condenado mediante doação de órgãos para transplante intervivos, garantindo, dessa forma, a redução da pena de 20% a 50%.

O projeto garante ainda a redução de 10% da pena àquele que for doador de sangue em caráter continuado por pelo menos um ano.

Justifica o autor a sua iniciativa dizendo que tal redução seria uma recompensa para aquele que, em ato de coragem e humanidade, doar órgão de seu corpo. Diz ainda que “se cometeram crimes, por outro lado, hoje salvam vidas”.

Foi apensado o Projeto de Lei nº 2.937, de 2004, do Deputado Eduardo Paes, que “dispõe sobre a diminuição das penas dos condenados com sentença transitada em julgado, que optarem pela doação de órgãos”. Esta iniciativa permite, neste caso, a redução de até um terço da pena para os condenados que decidirem pela doação.

A matéria é de competência do Plenário. Cabe a esta CSSF o exame do mérito, nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisará a proposta.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em que pese a nobreza da intenção dos ilustres Autores, creio que as conseqüências destas iniciativas não seriam das melhores. É que a impressão que fica é a de que estar-se-ia regularizando um “comércio de órgãos”, cujo preço seria a liberdade de quem dela já não dispõe.

Parece-nos que, neste caso, faltou clareza sobre os objetivos que levam à prisão um condenado criminal. A pena há muito deixou de ser uma retaliação pelo mal causado pelo delinqüente, para tentar converter-se em possibilidade de recuperação e promover a reinserção destas pessoas na sociedade. Não podemos deixar de traçar um paralelo com a Lei de Talião e considerar as propostas como um retrocesso.

O fato de doar o condenado um rim ou parte do fígado, por exemplo, em nada o beneficiaria. Ao contrário, acharia que poderia delinqüir reiteradamente e após a condenação sujeitar-se à retirada de algum órgão ou parte do seu corpo. Ainda mais, deve-se levar em consideração que a grande maioria da população carcerária, de baixa escolaridade, não tem recursos para compreender a importância do órgão a ser doado e os comprometimentos de sua falta no futuro.

Isso sem falar na possibilidade de rejeição que a doação entre vivos acarreta, culminando, portanto, com prejuízo exclusivo do doador. Por isso, este tipo de doação é feita apenas entre parentes muito próximos. Primeiro, porque apenas um amor muito grande justifica a retirada de uma parte do organismo de uma pessoa, segundo porque nesses casos a possibilidade de rejeição, mapeada por testes modernos, apesar de reduzida, continua a existir.

Quanto à redução da pena por doação de sangue, creio que tal medida seria mais um incentivo à impunidade, por não exigir do condenado

nenhum esforço para o crescimento pessoal. Basta um ato simples e a pena, que quase nunca é cumprida por inteiro no país, se tornaria ainda mais leve.

Com a aprovação destes projetos, além das implicações constitucionais, penais e civis, que serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça, restaria no ar uma sensação que provavelmente passou despercebida por seu ilustre autor: a de exploração do condenado criminal.

Por essas razões, voto pela rejeição do PL 1.321/03 e do PL 2.937, de 2004, apensado.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado MÁRIO HERINGER
Relator